

DECRETO Nº 387, DE 30 DE AGOSTO DE 2012.

(Dispõe sobre a ocupação das dependências destinadas às zeladorias dos imóveis sob a responsabilidade da Secretaria

ORLANDO JOSÉ ZOVICO, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais,

CONSIDERANDO os artigos 144, “caput” e 148, § 3º da Lei Orgânica do Município de Limeira;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a ocupação das zeladorias nos imóveis sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação, sejam unidades escolares ou não, e

CONSIDERANDO a necessidade de preservação do patrimônio público,

D E C R E T A:

Art. 1º Só terão zeladoria os imóveis de que trata este Decreto e que tenham dependências próprias para tal fim.

Art. 2º As dependências destinadas às zeladorias dos referidos imóveis serão ocupadas mediante permissão de uso, conforme disposição deste Decreto.

Art. 3º Consideram-se como responsáveis pelos imóveis de que trata este Decreto, os Diretores de Escola, nos casos das unidades escolares, e a autoridade máxima do Departamento ou Setor que o ocupa.

Art. 4º Os ocupantes das dependências destinadas às zeladorias têm as seguintes atribuições:

I - ocupar a zeladoria do imóvel a ele destinado, juntamente com sua família;

II - comunicar, de imediato, ao responsável pelo imóvel as ocorrências havidas no horário em que desempenha a zeladoria, providenciando, conforme o caso, contato urgente com a unidade policial mais próxima;

III - manter em perfeita ordem e asseio as dependências da zeladoria e áreas adjacentes;

IV - manter-se atento e vigilante durante o período em que estiver nas dependências do imóvel;

V - zelar pelo patrimônio e pelas áreas adjacentes ao imóvel em que desempenha a zeladoria, em dias normais, e quando da realização de atividades comunitárias, evitando a entrada de pessoas não autorizadas pelo responsável;

VI - adotar as providências cabíveis e legais em ocorrências verificadas no perímetro escolar;

VII - conservar em seu poder as chaves que permitam abrir e fechar o prédio, nos horários em que o responsável pelo imóvel estabelecer, percorrendo, diariamente, todas as dependências, após o encerramento das atividades;

VIII - manter-se atento à necessidade de execução de reparos, manutenção e conservação do prédio ou da zeladoria, solicitando providências ao responsável pelo imóvel;

IX - dedicar-se exclusivamente às atividades próprias de ocupante de zeladoria, nos horários definidos para esse fim;

X - zelar pela horta, árvores frutíferas e plantações, podendo cultivá-las em áreas apropriadas para o uso próprio, para alunos, se unidade escolar;

XI - cuidar da vigilância da área interna do imóvel, juntamente com os demais servidores administrativos.

Art. 5º Os ocupantes das zeladorias dos imóveis de que trata este Decreto serão avaliados, em seu desempenho, anualmente por uma

Comissão de Avaliação:

I - no caso de unidades escolares, pelos Conselhos de Escola;

II - no caso de outros prédios, por uma comissão composta pelo responsável pelo imóvel, um representante do Agente de Desenvolvimento Educacional, um representante da Diretoria de Planejamento e outro da Diretoria de Vida Escolar.

Art. 6º O responsável pelo imóvel de que trata este Decreto deverá comunicar às Comissões de Avaliação todas as ocorrências havidas com a zeladoria no período de sua atuação.

Art. 7º A Comissão de Avaliação, observadas as disposições do art. 4º Limeira, 1º. de setembro de 2012 Jornal Oficial do Município Página 3 e art. 5º, deverá avaliar o desempenho dos atuais ocupantes das zeladorias para mantê-los ou, se for o caso substituí-los.

Parágrafo único. Inexistindo ocupante de zeladoria no imóvel, o responsável pelo imóvel de que trata este Decreto indicará servidor que preencha os requisitos, ouvida a Comissão de Avaliação.

Art. 8º Quando o imóvel de que trata este Decreto não dispuser de funcionário ou servidor público interessado em ocupar as dependências da zeladoria, a indicação do responsável pelo imóvel poderá recair em qualquer outro funcionário ou servidor público em exercício, de qualquer órgão da administração, centralizada ou descentralizada do Poder Público Municipal ou Estadual, inclusive de Praça do Serviço Ativo da Polícia Militar do Estado de São Paulo, obedecendo, na íntegra, ao presente Decreto.

§ 1º O responsável pelo imóvel deverá consultar o órgão de origem do funcionário ou servidor público, no que tange ao atendimento por ele das exigências do presente Decreto, especialmente à compatibilidade de horários e funções.

§ 2º O funcionário ou servidor não poderá, em nenhuma hipótese, ser proprietário de imóvel no município de Limeira.

Art. 9º Compete ao Secretário Municipal da Educação autorizar os servidores que ocuparão as dependências das zeladorias dos imóveis de que trata este Decreto.

Art. 10º A autorização para a ocupação das dependências da zeladoria será publicada no Jornal Oficial do Município, após o que ocorrerá a assinatura do “termo de autorização de uso do imóvel” e do “termo de compromisso”, partes integrantes do presente Decreto, respectivamente, Anexo I e Anexo II.

§ 1º O “termo de compromisso” deverá ser lavrado em 4 (quatro) vias, contendo cláusulas referentes às atribuições e às condições a que se sujeitará o funcionário ou o servidor público para residir no imóvel.

§ 2º A autorização para a ocupação das dependências da zeladoria deverá ser renovada a cada ano, mediante parecer dos Conselhos de Avaliação e autorização do Secretário Municipal da Educação.

Art. 11 São direitos dos ocupantes da zeladoria dos imóveis de que trata este Decreto:

I - contar com vaga na escola para matrícula de seus dependentes, se o imóvel for uma unidade escolar;

II - participar, sempre que possível, de atividades que promovam o seu aperfeiçoamento contínuo;

III - requerer a dispensa da ocupação das dependências da zeladoria num prazo antecedente de 30 (trinta) dias.

Art. 12 Ao ocupante das dependências da zeladoria é vedado:

I - permitir a permanência, na área interna do prédio, de pessoas estranhas ao imóvel;

II - ausentar-se sem autorização do responsável pelo imóvel;

III - impedir a vistoria das dependências da zeladoria, quando solicitada por quem de direito;

IV - ocupar quaisquer dependências do imóvel, além da zeladoria;

V - utilizar-se de material ou equipamento do imóvel;

VI - manter animais na área da zeladoria e do imóvel;

VII - realizar reuniões de qualquer natureza;

VIII - proceder a modificações ou construções nas dependências da zeladoria ou imediações;

IX - dificultar qualquer atividade no imóvel, por comodidade pessoal ou da família;

X - assumir atitude incompatível com o bom nome e o decoro da repartição pública que funciona no imóvel.

Art. 13 Da ocupação das dependências da zeladoria não advirá qualquer ônus ao Município e nenhuma remuneração ao comprometente.

Parágrafo único. As contas de consumo de água, luz e telefone da zeladoria, se existirem em separado do imóvel a ser zelado, decorrem por conta do zelador.

Art. 14 O funcionário público ocupante das dependências de zeladoria fará jus a uma folga semanal a ser estabelecida em comum acordo com o responsável pelo imóvel de que trata este Decreto.

Art. 15 O funcionário ou servidor público desocupará as dependências de zeladoria, nos seguintes casos:

I - a pedido do próprio funcionário ou servidor público;

II - desídia no cumprimento das obrigações enumeradas no termo de compromisso, e neste Decreto;

III - quando, não sendo funcionário ou servidor público do próprio imóvel, onde atua como zelador, houver candidato pertencente a esta repartição.

§ 1º Na infringência do inciso X do art. 12 deste Decreto, o funcionário ou servidor público será compelido a desocupar a zeladoria, imediatamente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a notificação do responsável pelo imóvel.

§ 2º Na situação prevista no inciso II deste artigo, devem ser tomadas as providências abaixo, depois de ouvida a Comissão de Avaliação e garantida a ampla defesa, conforme os preceitos constitucionais:

1 - cessação da autorização de uso das dependências da zeladoria, por expressa notificação do responsável pelo imóvel;

2 - revogação da autorização do Secretário Municipal da Educação, mediante publicação no Jornal Oficial do Município;

3 - desocupação das dependências pelo servidor, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 3º No caso citado no inciso III do presente artigo, o responsável pelo imóvel de que trata este Decreto expedirá notificação ao funcionário ou servidor público, para desocupação das dependências da zeladoria, estabelecendo um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 16 Adotadas as providências descritas no artigo anterior, e comprovada a infração, o responsável pelo imóvel de que trata este Decreto deverá, de imediato, oficiar à Secretaria Municipal da Educação, informando os fatos, juntando originais dos Termos de

Autorização e Compromisso e demais elementos que instruem os autos a serem enviados ao Departamento Jurídico, que adotará as providências pertinentes à retomada do bem.

Art. 17 Quando expirar o prazo estabelecido para a desocupação das dependências da zeladoria e o funcionário ou servidor público não o fizer, deverá ser instaurada sindicância, observando-se o disposto no título III, capítulo II, Seção I da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991.

Art. 18 Este Decreto entrará em vigor retroagindo seus efeitos em 1º de agosto de 2012, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 221, de 23 de agosto de 2000.

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze.

ORLANDO JOSÉ ZOVICO - Prefeito Municipal

PUBLICADO no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos
trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze.

JULIANA M. MONTEIRO DOS SANTOS SBRAGI

Secretária Executiva do Prefeito

ANEXO I

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DAS DEPENDÊNCIAS

DA ZELADORIA DO(A)_____.

(Nome da dependência)

O Prefeito Municipal de Limeira, neste ato representado pelo

Secretário Municipal da Educação, _____,

em conformidade com o Decreto nº 387, de 30 de agosto de 2012,

AUTORIZA o (a) Senhor (a) _____,

RG nº _____, Brasileiro (a) _____,

Cargo/Função _____, a ocupar as dependências da

zeladoria do imóvel _____,

sito na _____, Município

de Limeira, devendo obedecer às condições previstas nos termos do

Decreto nº 387, de 30 de agosto de 2012.

A presente autorização será pelo prazo máximo de 1 (um) ano, em

caráter renovável, pelo mesmo prazo, desde que o funcionário ou

servidor venha se conduzindo de acordo com a finalidade do presente

instrumento e dando cumprimento ao termo de compromisso assinado

pelo usuário, nos termos deste Decreto.

No caso de infringência da situação mencionada no inciso II do art. 15 deste Decreto, deverão ser tomadas as providências previstas no § 2º do mesmo artigo.

Quando expirar o prazo estabelecido para a desocupação das dependências da zeladoria e o funcionário ou servidor público não o fizer, deverá ser instaurada sindicância, observado o devido processo legal, de cujo resultado dependerá a aplicação das disposições da Lei Complementar nº 41, de 20 de junho de 1991, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

E por estarem de acordo com os termos e condições ora estabelecidos assinam o presente instrumento, digitado em 4 (quatro) vias, de igual teor, e depois de lido e achado conforme.

Limeira, _____ de _____ de _____.

Secretário Municipal da Educação Servidor

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

Nome: Nome:

RG: RG:

Cargo: Cargo:

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO PARA OCUPAÇÃO DAS

DEPENDÊNCIAS DA ZELADORIA DA _____.

(Nome da dependência)

Aos _____ dias do mês de _____ de _____,
na sede da Secretaria Municipal da Educação de Limeira, perante o
Secretário Municipal da Educação, conforme art. 9º do Decreto nº
387, de 30 de agosto de 2012, compareceu o (a) Senhor (a)
_____, (Profissão) _____
portador do RG _____, o qual, perante as
testemunhas presentes, afirmou aceitar a indicação que lhe foi feita
pelo responsável pelo imóvel da Secretaria Municipal de Educação,
sito na _____,
Município de Limeira, para ocupar as dependências destinadas à
zeladoria do imóvel, estando ciente do inteiro teor do Decreto acima,
e de pleno acordo com as responsabilidades que lhe são atinentes,
descritas abaixo:

I - Dos Deveres e Atribuições

Os ocupantes das dependências destinadas às zeladorias têm as seguintes atribuições:

Cláusula Primeira - Ocupar a zeladoria do imóvel a ele destinado,
juntamente com sua família.

Cláusula Segunda - Comunicar, de imediato, ao responsável pelo
imóvel as ocorrências havidas no horário que desempenha a zeladoria,
providenciando, conforme o caso, contato urgente com a unidade
policial mais próxima.

Cláusula Terceira - Manter em perfeita ordem e asseio as
dependências da zeladoria e áreas adjacentes.

Cláusula Quarta - Manter-se atento e vigilante durante o período em que estiver nas dependências do imóvel.

Cláusula Quinta - Zelar pelo patrimônio e pelas áreas adjacentes do imóvel em que desempenha a zeladoria, em dias normais, e quando da realização de atividades comunitárias, evitando, a entrada de pessoas não autorizadas pelo responsável pelo imóvel.

Cláusula Sexta - Adotar as providências cabíveis e legais em ocorrências verificadas no perímetro escolar.

Cláusula Sétima - Conservar em seu poder as chaves que permitam abrir e fechar o prédio, nos horários estabelecidos pelo responsável pelo imóvel percorrendo, diariamente, todas as dependências, após o encerramento das atividades.

Cláusula Oitava - Manter-se atento à necessidade de execução de reparos, manutenção e conservação do prédio ou da zeladoria, solicitando providências ao responsável pelo imóvel.

Cláusula Nona - Dedicar-se exclusivamente as atividades próprias de ocupante de zeladoria, nos horários definidos para esse fim.

Cláusula Décima - Zelar pela horta, árvores frutíferas e plantações, podendo cultivá-las em áreas apropriadas para o uso próprio, para alunos, se unidade escolar.

Cláusula Onze - Cuidar da vigilância da área interna do imóvel, juntamente com os demais servidores administrativos.

Cláusula Doze – Responsabilizar-se pelo pagamento das contas de consumo de água, luz e telefone da zeladoria, se existirem em separado

do imóvel a ser zelado.

II - Dos Direitos

São direitos dos ocupantes da zeladoria dos imóveis de que trata este

Decreto:

Cláusula Primeira - Contar com vaga na escola para matrícula de seus dependentes, se o imóvel for uma unidade escolar.

Cláusula Segunda - Participar, sempre que possível, de atividades que promovam o seu aperfeiçoamento contínuo.

Cláusula Terceira - Requerer a dispensa da ocupação das dependências da zeladoria num prazo antecedente de 30 (trinta) dias.

III – Das Proibições

Ao ocupante das dependências da zeladoria é vedado:

Cláusula Primeira - Permitir a permanência na área interna do prédio de pessoas estranhas ao imóvel.

Cláusula Segunda - Ausentar-se sem autorização do responsável pelo imóvel.

Cláusula Terceira - Impedir a vistoria das dependências da zeladoria, quando solicitada por quem de direito.

Cláusula Quarta - Ocupar quaisquer dependências do imóvel, além da zeladoria.

Cláusula Quinta - Utilizar-se de material ou equipamento do imóvel.

Cláusula Sexta - Manter animais na área da zeladoria e do imóvel.

Cláusula Sétima - Realizar reuniões de qualquer natureza.

Cláusula Oitava - Proceder a modificações ou construções nas

dependências da zeladoria ou imediações.

Cláusula Nona - Dificultar qualquer atividade no imóvel por comodidade pessoal ou da família.

Cláusula Décima - Assumir atitude incompatível com o bom nome e o decoro da repartição pública que funciona no imóvel.

Das Disposições Finais

Da ocupação das dependências da zeladoria não advirá qualquer ônus ao Município e nenhuma remuneração ao comprometente.

Limeira, _____ de _____ de _____.

Secretário Municipal da Educação Diretor de Escola ou

de Departamento

Testemunhas:

1) _____

Nome:

RG:

Cargo:

2) _____

Nome:

RG:

Cargo:

Página 4 Jornal Oficial do Município